

Sumário Executivo da 112ª Reunião Ordinária do CONAMA
Data: 27 de novembro de 2013
Horário: das 9h às 18h
Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama,
Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abriu a reunião destacando que o ano foi bastante positivo para o fortalecimento do CONAMA, particularmente no resgate do espaço político de debate do Conselho Nacional do Meio Ambiente sobre os grandes temas. Observou que existia proposta de Decreto da Câmara (PDC 991/2013), cuja relatoria era do Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), tramitando na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e que requeria a suspensão da Resolução CONAMA nº 457/2013. Ressaltou o amplo processo de elaboração e a aprovação unânime dessa Resolução em plenária. Mencionou a possibilidade de diálogo entre o Conselho e aquela Comissão para esclarecer dúvidas existentes, propondo a designação de representantes do CONAMA para realizar a interlocução. Sugeriu que este grupo fosse formado por representantes dos órgãos ambientais federal e estaduais, as companhias militares, representantes da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos - CTAJ, além dos conselheiros que trabalharam na elaboração da resolução. Esta sugestão foi aceita pelo Conselho, que, no período da tarde apresentou os seguintes indicados para compor o Grupo:

- Volney Zanardi Júnior (Conselheiro Titular pelo IBAMA);
- José Esteves de Lacerda Filho (Conselheiro Titular pelo Estado de Mato Grosso);
- Cap. Marcelo Robis Francisco Nassaro (Conselheiro Suplente pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – CNCG);
- Daniel Glaessel Ramalho (membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, pelo Governo do Estado de São Paulo).

A segunda observação enumerada pela Ministra tratou do posicionamento político do CONAMA, na medida em que, no entendimento dela, não é mais possível o Conselho continuar aprovando Resoluções cujos prazos não são respeitados. Destacou o caso da Resolução 420/2009, em que o CONAMA havia determinado 4 anos para a obtenção dos Valores de Referência do Solo pelos Estados, e que, passado esse período, quase nada havia sido realizado. A Ministra manifestou ser pessoalmente contra a proposta de prorrogação por mais 3 anos, por acreditar que esse tipo de atitude fragiliza o SISNAMA, parecendo-lhe aceitável a contraproposta de prorrogação por apenas um ano, acrescentando, no entanto, a independência do Plenário do CONAMA.

O terceiro ponto relatado pela Ministra Izabella Teixeira foi quanto à agilização das discussões sobre a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental em empreendimentos de geração de

energia eólica, a fim de harmonizar o licenciamento entre os Estados, evitando o desequilíbrio entre os entes da Federação, no que se refere aos seus regulamentos e procedimentos. Solicitou ao Ministério de Minas e Energia que se mantenha junto à coordenação dos trabalhos, efetivando os esforços para apresentar a proposta de resolução na próxima Reunião Plenária do CONAMA, em março de 2014.

Com relação às Moções, a Ministra preferiu não realizar comentários de mérito, mas fez referência à quantidade excessiva de propostas apresentadas para a presente reunião. Destacou a orientação do próprio CONAMA para que as Moções sejam circunscritas a assuntos de âmbito nacional e relacionados à Política Nacional de Meio Ambiente.

Destacou, dentre os Informes constantes da pauta, a evolução de receita do IBAMA, que arrecada praticamente o dobro do seu orçamento. Declarou que o aumento de arrecadação se deve à melhora da gestão administrativa do órgão, que é fruto de um trabalho desenvolvido desde a gestão do Presidente Abelardo Bayma. A Ministra também informou que serão disponibilizados aos Secretários de Meio Ambiente dos Estados e aos Conselheiros do CONAMA as principais ações de articulação e parceria entre os Estados da Federação e o Ministério do Meio Ambiente. Nesse ponto, citou também que o Ministério do Meio Ambiente repassou o valor de R\$ 1,76 bilhão aos Estados entre 2013 e 2014, com os desembolsos de mais de US\$ 110 milhões, além de €\$ 28,5 milhões. Com o Cadastro Ambiental Rural o Ministério do Meio Ambiente está investindo R\$ 323 milhões para repasse para os Estados e mais R\$ 87 milhões em compra direta para a montagem do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, entre aquisição de imagens e desenvolvimento do sistema, tudo em parceria com a Controladoria Geral da União e com o Tribunal de Contas da União.

Continuando a abordar os Informes previstos para aquele dia, a Ministra mencionou que será realizado relato sobre o Cadastro Ambiental Rural, feito pelo representante do CONAMA no Grupo de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal, sendo que, ao final da reunião, será realizada apresentação do módulo de Cadastro do Sistema de Cadastro Rural.

A Ministra fez referência à recuperação ambiental das áreas degradadas, que serão identificadas pelo CAR, sugerindo, para abrir os trabalhos de 2014, a realização de Seminário Técnico no CONAMA, com especialistas no tema e sobre os caminhos a serem perseguidos, com indicação de experiências exitosas e dificuldades encontradas pelos Estados na recuperação ambiental.

Sobre a Conferência do Clima, em Varsóvia, a Ministra manifestou acreditar que os resultados obtidos foram aquém do que o Brasil desejava, mas que ocorreram ganhos importantes.

Em referência à taxa de desmatamento na Amazônia, a Ministra informou que foi identificado um pico de desmatamento na região, mas que não tinha relação com o novo Código Florestal. Nesta taxa de desmatamento deve-se distinguir o desmatamento ilegal do legal, pois esta informação é importante para identificação do objeto de pressão sobre a floresta nativa e o que pode ser realizado para mudar a curva tendencial do desmatamento. A Ministra sinalizou que em 2014 deve-se iniciar o uso de nova tecnologia de imagens de satélite do DETER, o satélite CBERS-3 que *enxergará* até 3 hectares, em comparação aos 25 hectares atualmente, e 6,25 hectares do PRODES. Há um ganho expressivo de

tecnologia, o que aproximará as informações do DETER às informações do PRODES, melhorando as informações e aumentando a pressão sobre os gestores ambientais.

O último ponto elencado pela Ministra foi em relação à criação formal do Grupo para Acompanhamento do SISNÓLEO, em 2014, fruto do Plano Nacional de Contingência, e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Prevenção de Derramamento de Óleo, composto pelo Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, em parceria com os Estados.

1.1. Informação do Quorum

84 Conselheiros estavam presentes no início da Reunião.

2. Apresentação de Novos Conselheiros

[Lista dos novos Conselheiros](#)

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [111ª Reunião Ordinária](#), de 04 de setembro de 2013.

O Conselheiro Marcílio Caron Neto (Setor Florestal) solicitou substituições nas seguintes linhas:

Linha 1257 – Substituir a palavra “simbologia” por “tipologia”

Linha 1258 – Substituir a frase: “fez uma” por “apresentou contrapartida a essa proposta”

4. Tribuna Livre (15 minutos, a serem divididos entre os inscritos)

Pedro Wilson (ANAMMA Centro-Oeste): Informou a comemoração dos 25 anos da ANAMMA. Como parte das comemorações, citou o Seminário em Curitiba e sua participação na reunião da Frente Nacional de Prefeitos, em Porto Alegre, no próximo final de semana. Saudou os 21 anos do MMA, comemorados no dia 19 de novembro. Lembrou do importante evento sobre Parques, que ocorrerá na Austrália em novembro do próximo ano e sugeriu que o ICMBio também fizesse um encontro, preferencialmente anterior ao evento internacional, para debater o tema Parques no âmbito nacional. Fez homenagem ao analista ambiental falecido, Dr. Saburo Takashi. Ressaltou a importância da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e cobrou divulgação e avaliação dos resultados de todas as Conferências que tem sido feitas sobre o meio ambiente.

Cap. Marcelo Robis Francisco Nassaro (CNCG): [Apresentou carta](#), enviada pelo Cel Milton Sussumu Nomura, Comandante da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo - Conselheiro Titular pelo CNCG no Conselho, manifestando-se sobre a notícia de tramitação de proposta de Decreto da Câmara dos Deputados, que prevê a suspensão da Resolução CONAMA 457/2013. Ao final, solicitou à Ministra, que a CNCG pudesse participar do Grupo a ser formado para dialogar na Câmara dos Deputados a favor da Resolução.

Carlos Bocuhy (PROAM): [Apresentou documento](#) onde consta o elevado número de mortes de pessoas decorrentes da poluição atmosférica na região metropolitana de São Paulo. Nesse sentido, informou que o CONAMA tem discutido a revisão dos padrões do ar em um Grupo de Trabalho e solicitou ao MMA, com contribuição do CONAMA, a formação de GT que trate da implementação de uma política “por um ar mais limpo”, com ações diversas inclusive de avaliação da aplicabilidade das normas referentes ao assunto. [Comentou ainda o documento](#) preliminar produzido por instituições que participaram do debate realizado em São Paulo sobre Licenciamento Ambiental.

Marcus Polignano (Instituto Guaicuv): Ressaltou a importância da presença da Ministra durante a Tribuna Livre para que todos fossem ouvidos. Criticou a pauta do CONAMA, considerando-a fraca, e reforçou a importância de se fortalecerem os temas debatidos no Conselho para que tenham um desdobramento, citando o exemplo do Seminário de Licenciamento Ambiental. Enfatizou a necessidade de se terem metas de qualidade e destacou o exemplo dos rios. Propôs formação de Grupo de Trabalho para rever a legislação sobre águas e outro para rediscutir o tema do Licenciamento Ambiental. Disse que formalizará sua proposta por Ofício.

Paulo Martins (SBPC): Em nome da presidente da SBPC, anunciou o lançamento do novo satélite de sensoriamento remoto (satélite CBERS-3) na cooperação entre Brasil e China. Esse já é o 4ª já lançado por essa cooperação, que teve início em 1988. Ressaltou que 2 dos 4 sensores, contém 5 metros de resolução e trabalha desde a faixa azul até o infravermelho. Sobre o tema água, informou que existiam pelo menos duas bandas espectrais na faixa do azul que trabalha com a qualidade e cor da água. Informou, ainda, sobre o orçamento do INPE e da Agência Espacial Brasileira, que giram em torno de US\$ 300.000.000 ao ano.

Tadeu dos Santos (Sócios da Natureza): Falou que aguarda os encaminhamentos do MMA sobre o Seminário de Licenciamento Ambiental ocorrido no CONAMA. Disse que espera a apresentação de um calendário de discussões para atender as demandas apresentadas para o próximo ano.

Miguel Scarcelo (SOS Amazônia): Em relação ao comentário da Ministra sobre a necessidade da regulamentação da indústria do petróleo no país, reconheceu a importância disso, mas ressaltou que o que deve haver é mais efetividade nas normas já existentes. Lamentou a Ministra não estar presente para ouvir a sua fala e a fala dos demais Conselheiros na Tribuna Livre, e disse que, por isso, os Mochões passaram a ser uma forma da sociedade civil ser ouvida. Requisitou ao Conselho, que reavalie a Política Nacional de Biodiversidade, para avaliar primeiramente a gestão e o funcionamento das Unidades de Conservação Federais, utilizando-se dos resultados já existentes no ARPA e sobre estudo do TCU, contido no Acórdão do TCU n.º 3101/2013. Disse não acreditar que o ICMBio sozinho, consiga ter governabilidade sobre todas as Unidades de Conservação. Ainda em relação às UCs criticou a não implementação do SNUC nos casos de compartilhamento de gestão. Segundo o Conselheiro, devem-se avaliar os gargalos do CGEN no que diz respeito aos produtos não madeireiros. Criticou a falta de incentivo a esses produtos. Por último, solicita ao CONAMA que recomende aos gestores do Fundo Amazônia, ao BNDES, que os projetos apresentados para produtos não madeireiros sejam aprovados com mais celeridade.

Francisco Gaetani (Secretário-Executivo do MMA): informou que houve uma auditoria compartilhada, que resultou em um relatório o qual identificou que a questão colocada pelo Conselheiro Miguel Scarcelo transcende ao governo brasileiro e que, a partir de uma série de indicadores de parâmetros de desempenho, foi concluído que, do ponto de vista das UC's, estaduais e federais, estas últimas se destacam em seu desempenho. Em relação aos achados mais críticos apontados pelo TCU, citou os planos de manejo. Mencionou, ainda, a necessidade das Unidades de Proteção Integral de se aproximarem às pesquisas de forma mais articulada. Informou que o MMA está em vias de mandar para a Casa Civil, um novo marco regulatório do Patrimônio Genético e Partição de Benefícios que melhora a legislação atual no que diz respeito à bioprospecção. Em relação à falta de recursos, disse que é necessária articulação para levantar recursos no âmbito nacional para financiar e viabilizar essas UCs. Em relação aos Parques Nacionais, o Ministério está estudando a possibilidade de concessões e Parceria Público Privada – PPPs - na gestão de determinadas atividades envolvendo diferentes setores. Finalizou sua fala dizendo que considera proveitosa a análise do TCU e a apresentação dos pontos.
http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Ficha%20final%20-%20Auditoria%20TCU%20Amaz%C3%B4nia.pdf

Miguel Scarcelo: usou a palavra novamente e reiterou sua posição de construir um grupo para discutir a Política Nacional do Meio Ambiente e da Biodiversidade, que insere o tema das Unidades de Conservação. Salientou, ainda, a necessidade da implementação do SNUC.

Francisco Gaetani (Secretário-Executivo do MMA): informou que ações já vem sendo feitas nesse sentido no âmbito do Ministério e disse que se o interesse for tratar o tema especificamente no Conselho, entendeu ser bastante oportuno.

Saint Clair Honorato Santos (Ministério Público Estadual): Reforçou o tema Licenciamento

Ambiental. Citou a Obra do Contorno que está sendo feita no Paraná que, segundo ele, há falhas, e solicitou ajuda ao IBAMA federal na condução do processo, utilizando-se de sua competência supletiva. Solicitou auxílio também do IBAMA e do MMA, no caso da Usina do Baixo Iguaçu.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

5.1. Proposta de Resolução sobre licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica em superfície terrestre.

Adriana Mandarino (Diretora do DCONAMA), informou que a Câmara Técnica de Controle Ambiental entendeu que a matéria, que tramita em regime de urgência, ainda não estava suficientemente madura para ser votada naquela Plenária. A referida CT sugeriu que a matéria retornasse ao Grupo de Trabalho, com a solicitação de agilidade para que seja pautada na próxima Reunião Plenária, em 19 e 20 de março de 2014.

5.2. Resultado das eleições:

. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente –FNMA;

Indicação única e, portanto, eleita automaticamente: Sócios da Natureza, como entidade titular, e ABES, como entidade suplente.

. Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro GI-GERCO.

Indicação única e, portanto, eleita automaticamente: PROAM

Adriana Mandarino lembrou a necessidade de renovação dos mandatos das entidades nas Câmaras Técnicas e no CIPAM, com exceção da sociedade civil, cujo mandato nas Câmaras Técnicas está atrelado à eleição do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas. Ressaltou que, de acordo com o Regimento Interno do CONAMA, em seu art. 34, § 2º, o mandato das entidades nas CTs expira a cada dois anos, podendo haver recondução das entidades às vagas. Sugeriu que os Conselheiros aproveitassem o encontro para avaliar a possibilidade de novas indicações. De acordo com Ofício Circular já enviado aos Conselheiros, o prazo para indicação de possíveis alterações das instituições seria dia 6 de dezembro e o prazo para indicação do nome dos membros, dia 13 de dezembro.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

7.1. Processo nº 02000.001814/2013-10 – Proposta de revisão do prazo para obtenção dos Valores de Referência de Qualidade-VRQs do solo – Resolução Conama nº 420 /2009.

Proponente: MMA.

Procedência: 111ª RO do CONAMA. Data: 04/09/13.

Tramitação: matéria admitida pelo 4º CIPAM, em 30/07/13, tramitou pela 2ª RE da CTOAGR, em 12/08/13, onde foi aprovada com emendas e pela 7ª CTAJ, em 19/08/13, tendo sido também aprovada e encaminhada à Plenária. Houve pedido de vista na 111ª RO, pelas ONGs PROAM e Planeta Verde e pelo MMA.

Relatores: Pareceristas.

Aprovada com emendas.

7.2. Processo nº 02000.002742/2013-28 – Proposta de Calendário de reuniões ordinárias do CONAMA para 2014 (19 e 20 de março; 28 e 29 de maio; 20 e 21 de agosto; 19 e 20 de novembro).

Proponente: MMA.

Procedência: 112ª RO. Data: 27/11/13.

Relator: MMA.

Aprovada.

MOÇÕES

7.3. Processo nº 02000.002871/2013-16 - Proposta de Moção a favor da revogação pelo IBAMA da Licença Prévia do processo de licenciamento do Terminal Marítimo Mar Azul na Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul – SC e o arquivamento do processo.

Proponente: ONG Sócios da Natureza

Rejeitada.

7.4. Processo nº 02000.002873/2013-13 - Proposta de Moção de protesto contra a queima de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica no Brasil.

Proponente: ONG Sócios da Natureza.

Rejeitada.

7.5. Processo nº 02000.002872/2013-61 - Proposta de Moção a favor da Criação do Parque Cultural das Três Pontas e de Anexação do Manguezal do Itaborubi à Estação Ecológica de Carijós – SC.

Proponente: ONG Sócios da Natureza

Rejeitada.

7.6. Processo nº 02000.002869/2013-47 - Proposta de Moção contra a tramitação de Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do RN, aprovando a Carcinicultura como atividade agrossilvipastoril.

Proponente: ONG Sociedade Nordestina de Ecologia.

Rejeitada.

7.7. Processo nº 02000.002868/2013-01 - Proposta de Moção contra autorização à invasão da Unidade de Conservação Estadual Parque das Dunas Luiz Maria Alves pela obra de reestruturação da Av. Roberto Freire.

Proponente: ONG Sociedade Nordestina de Ecologia.

Rejeitada.

7.8. Processo nº 02000.002870/2013-71 - Proposta de Moção de apoio à criação da Unidade de Conservação do Monumento Natural do Morro do Careca.

Proponente: ONG Sociedade Nordestina de Ecologia.

Retirada.

8. Informes

Volney Zanardi, Presidente do IBAMA, [apresentou](#) Informe sobre a arrecadação do IBAMA.

8.1. Informe do MMA sobre a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima - COP-19.

Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas, fez relato sobre a COP-19, recém encerrada.

8.2. Informe do MMA sobre a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente – Balanço e Resultados.

Geraldo Vitor de Abreu, Diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental fez [apresentação](#) sobre a IV CNMA.

8.3. Informe do Ibama sobre os dados consolidados da destinação de pneus inservíveis relativos ao ano de 2012, conforme previsão do art. 16 da Resolução CONAMA nº 416/09.

Marcio Freitas (Diretor de Qualidade Ambiental Substituto do IBAMA), [apresentou o resultado anual de controle](#) do Instituto sobre a destinação de pneus inservíveis, conforme estabelecido na Resolução CONAMA 416/09.

8.4. Informe do representante do CONAMA (Planeta Verde) no Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal.

André Lima (Instituto O Direito por um Planeta Verde e membro do CONAMA no Grupo de Acompanhamento do Código Florestal), [apresentou à Plenária relatório com análise do que considera serem os acertos e as pendências na implementação da nova Lei Florestal. Solicitou a retomada dos trabalhos do Grupo pelo Ministério do Meio Ambiente e destacou a recomendação para realização de Seminário, com previsão de ocorrer em maio de 2014, com avaliação de como vem sendo implementada a nova Lei Florestal nos estados e no Governo Federal.](#)

8.5. Informe do MMA sobre o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Raimundo Deusdará (Diretor de Gestão Estratégica do MMA) fez explanação sobre o funcionamento do CAR, cujo detalhamentos sobre o sistema pode ser obtidos no link <http://www.car.gov.br/>

9. Encerramento

